

GRUPAMENTO DE APOIO DOS AFONSOS

Estudo Técnico Preliminar 179/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

2.1 Trata a presente contratação de empresa especializada no serviço de gestão da proteção de instalações para o Grupamento de Apoio dos Afonsos e Unidades Apoiadas.

2.2 Tal contratação visa proporcionar uma análise pormenorizada do ponto de vista de gestão e controle, na forma eletrônica, das Organizações Militares. Essa análise propicia uma economia em escala à Administração na medida que reduz significativamente o número de postos de serviços com militares orgânicos em trabalho, como também, possibilita o Órgão uma atividade ostensiva de gestão e controle 24h em todos os locais considerados críticos pela área de segurança.

2.3 Facilita também com a possibilidade da emissão e consulta de relatórios digitais gerenciais de controle de acesso às instalações seja por pessoas ou por veículos que adentram às Organizações Militares.

2.4 Nesse cenário, sistemas e subsistemas digitais de gestão e controle são constituídos de equipamentos que empregam tecnologias desenvolvidas especificamente para seu segmento. Hardware dedicados, sistemas operativos embarcados são largamente utilizados em toda gama de aplicação do contexto Segurança Eletrônica. Neste segmento podemos incluir os principais sistemas de segurança: Circuito Fechado de TV (CFTV); Detecção de Incêndio; Controle de Acesso Pessoal; Controle de Acesso

Veicular; Alarmes de Intrusão; entre outros.

2.5 Toda essa sistemática foi concebida para operar independente uns dos outros, embora possa haver algum nível de integração entre eles. Protocolos foram criados por diversos fabricantes para comunicação entre seus próprios componentes. Cada fabricante emprega protocolos de comunicação proprietários para conexão e sinalização entre seus equipamentos. Naturalmente, na era digital, todo hardware manufaturado para ser empregado no setor de segurança se vale dessas tecnologias.

2.6 A eletrônica digital é encontrada em praticamente todos os segmentos, de computadores a máquinas de lavar, de foguetes a patinetes elétricos. Portanto, não seria correto classificar uma lavadora ou um patinete como um produto de informática, embora esses mesmos tenham capacidade de comunicação com sistemas informatizados. É crível afirmar que vivemos em um mundo realmente digital, informatizado e conectado, contudo, os seguimentos de mercado ainda são bem definidos: elétricos, eletroeletrônicos, automotivo, alarmes, CFTV etc. Esses equipamentos em sua maioria podem se comunicar com sistemas informatizados, mas seu funcionamento e até mesmo sua operação são completamente independentes.

2.7 Isto posto, a questão da classificação de um produto deverá ser definida principalmente pela sua finalidade. Os sistemas de segurança eletrônica têm o objetivo de monitorar e sinalizar eventos físicos. A tecnologia envolvida para que um sensor de fumaça sinalize na central de detecção de incêndio foi desenvolvida especificamente para esse destino. Uma câmera de CFTV com resolução de 4K transmite imagem a 250 metros para o gravador digital com tecnologia específica para o seu objetivo.

2.8 Noutro ponto, faz-se importante ressaltar a qualificação técnica para instalação, implementação, administração e operação de sistemas de segurança. Neste quesito os certames necessariamente precisam ser específicos na definição da qualificação técnica dos proponentes. É altamente recomendável a exigência de atestados que comprovem experiência em sistemas de segurança, gestão e controle eletrônico. Ainda nesse contexto, profissionais que atuam neste segmento normalmente tem formação em eletrônica, automação e/ou elétrica, mas não do campo da informática ou da análise de sistemas, pois não são dessa competência específica.

2.9 No tocante a presente contratação, em sua totalidade dos itens ativos são específicos para aplicação em CFTV, Alarmes de Intrusão, Alarme de Incêndio, Controle de Acesso e sua respectiva manutenção preventiva e corretiva.

Cada item descrito tem sua especificidade em relação a comunicação, instalação, comissionamento, operação e manutenção. Os meios físicos de comunicação entre eles se diferem. Gravadores de vídeos recebem informação de movimentação de cena geridas por protocolos proprietários e customizados para atividade-fim. Controladoras para o controle de acesso são projetadas para receberem os inúmeros tipos de sensores de credenciamento (cartões de proximidade, TAG e/ou biometria), para trabalharem completamente “stand alone” e esses protocolos de comunicação são específicos do segmento. Ou seja, são equipamentos para serem operados e mantidos pelos Setores de Segurança das Organizações Militares, auxiliando-os na inibição, prevenção, pronto emprego e elucidação de eventos de segurança, o qual é o objetivo primordial desse certame.

2.10 Assim posto, cumpre ressaltar quanto ao não enquadramento no dispositivo legal referente às aquisições e/ou contratações de tecnologia da informação, à luz do dispositivo legal da Instrução Normativa no 94, de 23 de dezembro de 2022, onde em seu Anexo II, alínea “b”, do item 1.5, exclui-se dessa categoria soluções de circuito fechado de tv, analógico ou digital, e seus componentes serviços e acessórios, como também, controle de acesso e soluções de cabeamento estruturado (serviços de infraestrutura lógica).

2.11 Sendo assim, tal Norma é direcionada exclusivamente para processos de aquisição e/ou contratação de serviços de tecnologia da informação, não adequado, portanto, ao objeto do presente certame que se refere à contratação dos serviços de gestão e controle eletrônico para as Organizações Militares.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Infraestrutura	JÚLIO CÉSAR LOPES SIMÕES 2T QOCON CIV

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A contratação de serviços de gestão da proteção de instalações para o Grupamento de Apoio dos Afonsos e Unidades Apoiadas decorrem da necessidade de assegurar a integridade dos bens patrimoniais deste Órgão, não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio e, em especial, objetivando preservar as instalações e garantir a integridade física dos militares, funcionários, prestadores e convidados, em tempo integral.

4.2 Neste sentido, justifica-se uma ação objetiva e eficiente, como proposta nesta contratação, objetivando preservar pessoas e o patrimônio e, com isso, melhorar a gestão da segurança das instalações, equipamentos, veículos e pessoas.

4.3 Os quantitativos necessários à contratação são baseados em uma sistemática integrada ideal para a gestão e controle eletrônico, de acordo com as soluções apresentadas para cada situação, bem como, por uma perspectiva de futuro para sua implementação e manutenção dos serviços.

4.4 Por parte da contratada deverão ser observados os critérios de sustentabilidade tanto na realização dos serviços quanto dos fabricantes dos equipamentos que poderão ser aplicados, conforme o caso.

4.5 O serviço de manutenção possui caráter de natureza continuada.

4.6 A solução apresentada é natureza comum, sendo assim, com diversas empresas habilitadas em nível nacional para a realização dos serviços.

5. Levantamento de Mercado

5.1 O levantamento de mercado constitui etapa essencial do presente Estudo Técnico Preliminar, pois permite analisar as alternativas existentes, avaliar a viabilidade técnica e econômica das soluções disponíveis e justificar a escolha da forma mais adequada de contratação. Esse estudo possibilita que a Administração atue em consonância com a realidade do mercado, reduzindo riscos de práticas antieconômicas e permitindo decisões fundamentadas quanto a flexibilizações, prazos, quantidade e especificações técnicas.

5.2 Para a contratação do serviço de gestão da proteção de instalações para o Grupamento de Apoio dos Afonsos e Unidades Apoiadas com fornecimento de materiais, foram consideradas as seguintes alternativas:

5.3 Solução A – Pregão Eletrônico para Registro de Preços a ser realizado pelo GAP-AF

Esta solução consiste na realização de pregão eletrônico pelo próprio GAP-AF, com previsão de formação de Ata de Registro de Preços (ARP) para contratação de empresas capacitadas. Esta modalidade oferece ampla competitividade, permitindo a participação de fornecedores qualificados de todo o país, garantindo menor preço e maior transparência, em conformidade com os princípios da Administração Pública, especialmente legalidade, economicidade e eficiência. Além disso, o pregão eletrônico possibilita o atendimento das necessidades do GAP-AF de forma contínua e escalonada, compatível com a demanda de sistemas integrados de segurança e infraestrutura tecnológica.

5.4 Solução B – Participação em Intenção de Registro de Preços (IRP) em parceria com outros órgãos

Esta alternativa consistiria na adesão a um registro de preços ainda em fase de intenção conduzido por outro órgão público, visando compartilhar a contratação e aproveitar condições previamente estudadas. Entretanto, o dinamismo do mercado de sistemas de segurança e tecnologia exige flexibilidade para atender às especificidades do GAP-AF, o que poderia ser limitado pela participação em IRP de terceiros. Além disso, os prazos e cronogramas de outro órgão podem não se alinhar à necessidade institucional do GAP-AF.

5.5 Solução C – Adesão à Ata de Registro de Preços de outros órgãos

A adesão à ARP de outros órgãos poderia reduzir esforços administrativos e garantir preços previamente negociados. No entanto, considerando a especificidade técnica e a necessidade de integração de diversos subsistemas de segurança e infraestrutura tecnológica, há risco de que os fornecedores e produtos previstos na ata não atendam integralmente às exigências do GAP-AF, comprometendo a padronização, qualidade e eficiência do serviço.

5.6 Solução D – Dispensa de Licitação, conforme art. 75 da Lei nº 14.133/2021

A dispensa de licitação poderia ser aplicada em casos específicos previstos na lei, como emergência ou inviabilidade de competição. Entretanto, não se verifica a presença de tais condições para o objeto desta contratação. A utilização desta modalidade não seria adequada, pois limitaria a competitividade e contrariaria o interesse público de obtenção da proposta mais vantajosa.

5.7 Justificativa da escolha da solução

Após análise das alternativas, optou-se pela Solução A – Pregão Eletrônico para Registro de Preços a ser realizado pelo GAP-AF, por atender plenamente aos requisitos técnicos e administrativos do objeto, garantir ampla competitividade e permitir flexibilidade na contratação contínua de fornecedores qualificados. Essa modalidade assegura transparência, economicidade e eficiência, viabilizando a aquisição de serviços de alta complexidade tecnológica de forma planejada e alinhada às necessidades estratégicas do GAP-AF.

5.8 O levantamento de mercado considerou diversas fontes especializadas, incluindo fornecedores consolidados no setor, soluções técnicas adotadas por outros órgãos e referências de mercado, de modo a identificar soluções tecnológicas modernas, metodologias inovadoras e boas práticas aplicáveis. Tal abordagem assegura que a contratação proposta esteja em consonância com a realidade do mercado e os princípios da Administração Pública, garantindo a proposta mais vantajosa ao interesse público.

Alternativas de atendimento à necessidade

5.9. Além das modalidades e estratégias de contratação avaliadas, o órgão gerenciador analisou também as diferentes formas de atendimento da necessidade de reforço da segurança física, tecnológica e perimetral das Organizações Apoiadas. As possibilidades consideradas foram:

5.9.1. Vigilância e controle de acesso exclusivamente presencial (mão de obra humana terceirizada). Consiste na utilização de vigilantes e porteiros para o monitoramento de entradas, saídas e circulação interna. Embora seja solução tradicional, ela apresenta limitações relevantes:

5.9.1.1. menor abrangência de vigilância em áreas extensas;

5.9.1.2. maior custo recorrente com pessoal;

5.9.1.3. suscetibilidade a falhas humanas; e

5.9.1.4. ausência de registros automatizados que auxiliem auditorias, investigações e rastreabilidade. Assim, esta alternativa não atende ao nível de segurança e automação requerido pelo GAP-AF.

5.9.2. Soluções isoladas de segurança (CFTV simples, alarmes não integrados, controle de acesso autônomo). Embora tais tecnologias sejam amplamente disponíveis no mercado, sua adoção de forma fragmentada inviabiliza:

5.9.2.1. a integração entre subsistemas;

5.9.2.2. o monitoramento centralizado;

5.9.2.3. a padronização de equipamentos; e

5.9.2.4. a escalabilidade entre as OM apoiadas. A ausência de interoperabilidade compromete a eficiência operacional e a continuidade da prestação do serviço.

5.10. Controle manual de acesso e registro físico de visitantes. Este é o procedimento atualmente utilizado nas OM apoiadas, consistindo no uso de fichas, planilhas ou formulários físicos para registrar entradas e saídas. Embora adotado como prática vigente, esse modelo mostra-se incompatível com o fluxo de movimentação das unidades, não permite integração com sistemas de gestão, apresenta baixo nível de confiabilidade e dificulta o rastreamento de ocorrências. Por essas razões, a solução atualmente empregada revela-se insuficiente frente às necessidades operacionais do assessorado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Dentre as alternativas analisadas, a Solução A – Pregão Eletrônico para Registro de Preços a ser realizado pelo GAP-AF — apresenta-se como a mais adequada, pois permite ampla competitividade entre fornecedores qualificados, assegura flexibilidade para atendimento contínuo da demanda, possibilita a aquisição de serviços com padrões técnicos específicos e garante transparência, economicidade e eficiência na contratação.

6.2 A escolha por essa solução está alinhada com os princípios da economicidade, eficiência e isonomia previstos na Lei nº 14.133/2021, além de atender às diretrizes do planejamento da contratação, com menor risco de práticas antieconômicas.

6.3. Motivação técnica da solução escolhida

6.3.1. Dentre as alternativas de atendimento avaliadas, concluiu-se que a implantação de sistemas integrados de segurança, infraestrutura e tecnologia é a única que atende aos requisitos de confiabilidade, rastreabilidade, abrangência e padronização necessários ao contexto das Organizações Apoiadas.

6.3.2. A solução integrada é superior às alternativas baseadas exclusivamente em vigilância humana, registros físicos ou sistemas isolados, pois elimina fragilidades operacionais, permite resposta rápida a incidentes, assegura interoperabilidade entre subsistemas e viabiliza monitoramento centralizado.

6.3.3. Assim, a opção pela solução tecnológica integrada, a ser contratada mediante Pregão Eletrônico para Registro de Preços, mostra-se a alternativa mais segura, eficiente, econômica e aderente ao planejamento estratégico do GAP-AF, atendendo plenamente às exigências técnicas identificadas no ETP.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A definição dos itens e das quantidades estimadas para a contratação do serviço de gestão da proteção de instalações, com fornecimento de materiais, foi realizada com base no Termo de Oficialização de Demanda – TOD, disponibilizado no Sistema Integrado de Logística de Material e Serviços do Comando da Aeronáutica – SILOMS, e devidamente preenchido por todas as Organizações Militares apoiadas pelo GAP-AF. Os TODs encontram-se anexos a este Estudo Técnico Preliminar e constituem a referência formal e documental da estimativa consolidada.

7.2. O GAP-AF atualmente presta apoio administrativo e logístico às seguintes Organizações Militares da GUARNAE-AF:

Organizações Militares	Endereços
BAAF / GALC / IPA	Rua General Aranha, nº 20 - Campo dos Afonsos
BREVE	Av. Marechal Fontenelle, nº 1.000 - Campo dos Afonsos
CENDOC / CDA / IMAE / MUSAL / SEREP-RJ / UNIFA	Av. Marechal Fontenelle, nº 800 - Campo dos Afonsos
DIRAD	Rua Cel. Laurênio Lago, no 82 - Marechal Hermes
HAAF	Av. Marechal Fontenelle, nº 1628 - Campo dos Afonsos
PAAF	Av. Marechal Fontenelle, nº 1755 - Campo dos Afonsos

7.3. Essas unidades encaminharam suas demandas considerando suas respectivas áreas de responsabilidade, setores sensíveis, edificações críticas e pontos de acesso que necessitam de monitoramento e reforço de proteção.

7.4. As quantidades projetadas resultam da consolidação técnica realizada pela Seção de Planejamento do GAP-AF a partir dos TODs recebidos e do controle histórico das demandas de segurança física e eletrônica das unidades apoiadas. Foram adotados como parâmetros:

- a) quantidade de edificações e áreas operacionais por OM;
- b) necessidade de cobertura de pontos de acesso (portarias, estacionamentos, áreas restritas e setores sensíveis);
- c) quantidade aproximada de sistemas e subsistemas a serem instalados (como câmeras, sensores, infraestrutura, cabeamento e dispositivos correlatos);
- d) necessidade recorrente de manutenção e atualização tecnológica, identificada pelas unidades;
- e) compatibilidade dos sistemas propostos com a infraestrutura já existente em cada OM.

7.5. Os TODs encaminhados pelas unidades representam a memória de cálculo oficial e formal, uma vez que cada OM avaliou diretamente seus ambientes, postos sensíveis e áreas críticas, conforme conhecimento técnico e operacional de seus responsáveis locais. Dessa forma, este ETP apresenta a referência documental exigida, possibilitando a rastreabilidade e a auditabilidade das quantidades projetadas.

7.6. A consolidação das demandas permite identificar que as quantidades estimadas são compatíveis com a realidade das OM apoiadas, assegurando a prestação contínua dos serviços de gestão da proteção de instalações, que possuem natureza essencial e ininterrupta.

7.7. No âmbito da GUARNAE-AF, cabe destacar que a Organização dispõe de uma área total de 3.060.901,01 m² de terreno e 276.712,99 m² de área construída, o que por si só demonstra a elevada complexidade operacional e a necessidade de integração de sistemas de segurança em escala compatível com sua extensão física e sua criticidade.

7.8. A estimativa apresentada, além de tecnicamente fundamentada, foi dimensionada para permitir flexibilidade no âmbito do Registro de Preços, possibilitando adequações futuras em razão de variações de demanda, substituição de equipamentos obsoletos ou incorporação de novas tecnologias, sempre em observância aos princípios da eficiência, economicidade e do interesse público.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 32.505.350,04

8.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 32.505.350,04 (trinta e dois milhões, quinhentos e cinco mil, trezentos e cinquenta reais e quatro centavos), conforme levantamento de preços realizado em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e nos arts. 23 a 26 da Lei nº 14.133/2021.

8.2 A estimativa baseou-se em pesquisa de mercado realizada junto a fornecedores especializados no objeto desta contratação, contemplando análises de preços e condições praticadas para o serviço de instalação de sistemas integrados de segurança, infraestrutura e tecnologia com fornecimento de materiais. A pesquisa considerou fornecedores com experiência comprovada na execução de serviços similares, permitindo a consolidação de parâmetros técnicos e financeiros compatíveis com a realidade do mercado.

8.3 A presente estimativa busca assegurar a adequação do valor ao praticado no mercado, resguardando a Administração Pública de contratações antieconômicas, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, previstos na Lei nº 14.133/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O objeto da presente contratação será parcelado, com fulcro no art. 46 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a possibilidade e recomendação do parcelamento do objeto com vistas a ampliar a competitividade, favorecer a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, e buscar a proposta mais vantajosa para a Administração.

9.2. A decisão de parcelar a contratação foi tomada após análise técnica das características do objeto, da estrutura do mercado e da experiência de contratações anteriores, constatando-se que o fracionamento não compromete a execução do serviço, tampouco acarreta perda da economia de escala.

9.3. Conforme dispõe o § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento não deve ser adotado quando: I – a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor; II – o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido; III – o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

9.4. Contudo, após avaliação da equipe de planejamento, foi constatado que nenhuma das hipóteses impeditivas acima se aplica ao presente caso. A contratação em lotes distintos é viável, segura e vantajosa à Administração, permitindo o aproveitamento de diferentes fornecedores e a adequação às unidades de medida usuais do mercado.

9.5. Na aplicação do princípio do parcelamento, também foram considerados fatores como: a viabilidade técnica da divisão do objeto em lotes; o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade; e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

9.6. Dessa forma, optou-se pelo parcelamento do objeto segundo suas características de fornecimento, por meio da distinção das unidades de medida usuais e compatíveis com os serviços a serem prestados, o que assegura maior eficiência, transparência e vantajosidade na contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Essa contratação independe de contratações correlatas ou complementares, uma vez que o objeto da presente contratação pode ser executado de forma autônoma e independente, sem a necessidade de interdependência com outros processos licitatórios ou contratações previamente realizadas ou em andamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. As contratações públicas no âmbito do COMAER estão reguladas pela Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, e pelo Manual de Contratações Públicas - MCA 172-4 (Módulo 3), os quais têm por objetivo estabelecer rotinas e procedimentos a serem adotados nos processos de aquisições da Força Aérea Brasileira como um todo.

11.2. Segundo a Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 11-1, que dispõe sobre a "Sistemática de planejamento e gestão institucional da Aeronáutica", o planejamento institucional da Aeronáutica pode ser classificado em três níveis: Estratégico, Operacional e Tático.

11.3. O planejamento no Nível Tático é focado no detalhamento e na execução das tarefas derivadas dos projetos e atividades dos Planos Setoriais, permitindo a confecção de um Plano de Trabalho Anual (PTA).

11.4. As contratações a serem realizadas pela Divisão de Obtenções e Contratos do GAP-AF são previstas no PTA para o ano subsequente, sendo orientadas de forma integrada e articulada com o Manual de Procedimentos das Unidades de Apoio e Apoiadas (MCA 172-4/2020) e com o Plano Setorial (PCA 11 18/2020), para o cumprimento das diretrizes apresentadas na DCA 11 118/2020 (Diretriz de Planejamento Institucional).

- 11.5. No âmbito da GUARNAE-AF, para coordenação das compras públicas é confeccionado um Plano Anual de Contratações (PAC) anualmente. Ele contempla desde o planejamento da demanda até a ata homologada ou contrato assinado, sendo de competência da UG Apoiadora sua confecção e aprovação. O PAC abrange toda a GUARNAE-AF e é coordenado pela Seção de Planejamento (SPLA) da DOC.
- 11.6. De acordo com a ICA 179 1/20, as aquisições e contratações de serviços são mensalmente acompanhadas por meio de reuniões de Prestação de Contas. As reuniões são realizadas com a participação dos gestores e do Comandante do Grupamento. Nelas são apresentadas as contratações planejadas e as executadas no período. Por meio da Previsão Orçamentária de Gastos, do PAC e do Plano de Obras e Serviços de Engenharia (PPO), previstos nos PTAs, as licitações são administrativamente estruturadas e viabilizadas.
- 11.7. No PAC, o nível de responsabilidade é definido pelo tipo da demanda. No caso das demandas vegetativas, o GAP-AF confecciona desde a captação da demanda até a homologação do certame. Já nas demandas de interesse exclusivo, cada Organização Militar faz a instrução processual até gerar o Pedido de Aquisição de Material (PAM), e o GAP-AF é responsável pela elaboração do edital até a homologação.
- 11.8. O PAC é a materialização do planejamento das contratações e é composto por um cronograma com o estabelecimento de fases e suas respectivas datas. Ele pode ser dividido em duas grandes fases: planejamento, que envolve a captação da demanda, críticas e correções, e a execução. O início da primeira fase é marcado por briefings direcionados a todos os militares envolvidos com as contratações, e neles todo o processo de planejamento e execução é pormenorizado. Cada agente público participante é designado e publicado em boletim. O PAC do ano subsequente é confeccionado de janeiro a novembro do ano anterior, que corresponde à fase de planejamento do Plano. Para sua elaboração, são realizadas reuniões com os Setores de Planejamento das Organizações Militares (OMs) envolvidas, com o objetivo de atualizar o acompanhamento do Plano de Aquisições em andamento, estabelecer a priorização dos processos, verificar a execução orçamentária e outras instruções ou orientações pertinentes. Conforme definido no PTA 2023, para esta atividade é utilizado o indicador “I = X/Y”, em que X representa os processos concluídos e Y os processos previstos, além de outros indicadores relevantes para o acompanhamento do Plano.
- 11.9. A exposição das demandas a serem contratadas no ano subsequente é analisada e conferida pela SPLA, considerando a descrição do objeto e as quantidades. Possíveis falhas são diagnosticadas e ações corretivas são tomadas junto às áreas demandantes. A fase de planejamento é finalizada com a definição da demanda por meio dos Termos de Oficialização da Demanda (TOD) no sistema SILOMS, e os processos têm sua ordem de confecção definida de acordo com a mão de obra disponível e critérios como: vencimento da ata vigente, relevância e necessidade.
- 11.10. A fase de execução é composta pela confecção dos processos propriamente ditos, conforme ordem definida no Calendário de Licitações, que é aprovado pelo Ordenador de Despesas.
- 11.11. A partir da publicação do PAC, é feito acompanhamento semanal, e, por vezes, diário, do Plano, em que vários dados que envolvem as contratações são apurados, como: demora na informação das demandas pelas áreas, risco da não contratação, ata vigente, dificuldades na obtenção de cotações, apontamentos do Controle Interno/CGU, entre outros.
- 11.12. Os processos com previsão de homologação no ano subsequente são abrangidos pelo PAC. No entanto, ocasionalmente, são incluídas demandas não previstas, mediante justificativa apropriada. A SPLA, Seção de Planejamento da Divisão de Obtenções, realiza encontros detalhados com as OM Apoiadas, nos quais são dadas orientações sobre os briefings, o preenchimento dos documentos, a estimativa e justificativa das demandas, a dinâmica por tipo de demanda, a definição de prazos para envio dos Termos de Oficialização da Demanda por cada área, e são sanadas as dúvidas das áreas demandantes.
- 11.13. O e-PAG no SILOMS contém o registro de todas as evoluções dos processos e seus subprocessos, possibilitando maior transparência aos procedimentos.
- 11.14. Conforme tabela abaixo, os responsáveis pelas contratações são definidos de acordo com o tipo de demanda.

--	--

TIPO DE DEMANDA	RESPONSÁVEL
VEGETATIVA (Essenciais ao funcionamento das UG Apoiadora e Apoiada)	GAP-AF
NÃO VEGETATIVA (Rotineiras, organizadas e consolidadas pela UG Apoiadora, com o fornecimento de informações por parte das UG Apoiadas)	
INTERESSE EXCLUSIVO (Atendem exclusivamente o interesse da UG requisitante)	UG REQUISITANTE

11.15. Após a classificação do tipo de demanda, o planejamento é distribuído em fases, e para cada uma delas são estabelecidos os prazos de execução e respectivos responsáveis, conforme abaixo:

FASE	RESPONSÁVEIS
CAPTAÇÃO DA DEMANDA	SETOR DE PLANEJAMENTO DA OM E GESTORES
CRÍTICA GAP-AF	GAP-AF (DOC)
CRÍTICA GESTOR/OM APOIADA	SETOR DE PLANEJAMENTO DA OM E GESTORES
CRIAÇÃO E LIBERAÇÃO DE TOD	GAP-AF (DOC)
PREENCHIMENTO DO TOD	SETOR DE PLANEJAMENTO DA OM E GESTORES
CRÍTICA E APROVAÇÃO DO TOD	GAP-AF (DOC)

11.16. A contratação em referência foi prevista com base nas contratações similares realizadas em anos anteriores, na demanda atual apontada pela área envolvida, e foi definida no PAC 2025.

11.17. A contratação objeto deste Estudo foi devidamente prevista, e sua viabilidade foi analisada na fase de planejamento do PAC, passando agora à fase de execução.

11.18 Constata-se, à luz da DCA nº 11-1, que a contratação pretendida está integralmente alinhada ao planejamento institucional previamente estabelecido.

11.19 No que pese às despesas referentes ao processo em questão, elas estão em conformidade com o inciso II, do Art. 16, da Lei Complementar No 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), haja vista não se referir à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarrete aumento da despesa em relação à Lei Orçamentária Anual, ao Plano Plurianual, e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

11.20 As contratações públicas descritas neste documento estão alinhadas ao Plano Anual de Contratações (PAC) da GUARNAE-AF, elaborado em conformidade com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação do serviço de gestão da proteção de instalações proporcionará diversos benefícios wstratégicos, operacionais e econômicos ao Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF), conforme escrito a seguir:

12.1.1 Segurança e proteção patrimonial: A implementação de sistemas integrados de CFTV, controle de acesso, alarmes de intrusão e detecção de incêndio permitirá monitoramento contínuo das instalações, reduzindo riscos de depredação, furtos, invasões e outros danos ao patrimônio, bem como protegendo a integridade física de militares, funcionários, prestadores de serviços e visitantes.

12.1.2 Eficiência operacional: A padronização e integração dos sistemas possibilitarão maior rapidez e precisão na gestão e controle das Organizações Militares, permitindo a centralização de informações, emissão de relatórios gerenciais e tomada de decisões mais assertivas.

12.1.3 Redução de custos e economicidade: A contratação de empresa especializada garantirá economia de escala, redução de desperdícios e racionalização de recursos, evitando despesas com falhas de operação, manutenção inadequada ou retrabalho em instalações críticas.

12.1.4 Continuidade e confiabilidade dos serviços: A manutenção preventiva e corretiva contínua assegura que os sistemas funcionem de forma ininterrupta, minimizando riscos de interrupção dos serviços essenciais à segurança e operação das Organizações Militares.

12.1.5 Flexibilidade e atualização tecnológica: A contratação permite a adaptação das soluções às novas demandas do GAP-AF, bem como a incorporação de inovações tecnológicas, mantendo os sistemas atualizados frente à evolução do mercado e às exigências de segurança.

12.1.6 Transparência e governança: A sistemática de registro e controle dos serviços contratados reforça a fiscalização, auditoria e prestação de contas, garantindo conformidade com a legislação vigente, com ênfase na Lei nº 14.133/2021 e nos princípios da Administração Pública.

12.1.7 Benefícios Esperados:

1. Velocidade na execução dos serviços;
2. Capacidade de atendimento imediato para as demandas;
3. Auxílio na tomada de decisão gerencial;
4. Aplicação adequada de equipamentos para cada especificidade;
5. Dimensionamento de equipamentos modernos e serviços técnico-especializados adequados às demandas; e
6. Treinamento operacional promovido por equipe técnica devidamente certificada.

12.1.7 Além disso, a contratação visa propiciar economicidade, eficácia e eficiência, viabilizando o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, ou seja, o pleno atendimento às necessidades apresentadas pelo GAP-AF e Unidades Apoiadas, com fornecimento/execução do material/serviço de qualidade, culminando em ambientes de trabalho adequados à prestação de serviço de suas responsabilidades, colaborando para o cumprimento de suas missões institucionais.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 As providências a serem adotadas pela Administração, previamente à celebração do contrato, visam assegurar que todo o processo de contratação transcorra com transparência, lisura e em estrita observância aos princípios que regem a contratação pública, especialmente os previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

13.2 Para a efetivação da presente contratação, será necessário que o processo licitatório siga regularmente seu trâmite, com o cumprimento de todas as etapas preparatórias da fase interna, incluindo a conclusão e aprovação do Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR), pesquisa de preços, análise de riscos, entre outros documentos exigidos.

13.3 Em seguida, o processo deverá seguir para a fase externa, com a devida publicação do aviso de licitação, observância aos prazos legais, recebimento de propostas, julgamento, habilitação, eventual fase recursal e homologação do resultado, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

13.4 Após a homologação, será realizado o registro de preços para o fornecedor vencedor, com base no modelo de ata de registro de preços, possibilitando a contratação futura conforme a demanda, dentro da vigência estabelecida e de acordo com as regras previstas no edital e na legislação vigente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 O instrumento convocatório deverá prevê a apresentação de comprovante de inscrição válida no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais para os itens em que há exigência legal (Instrução Normativa nº 06/2013 do IBAMA), e em conformidade com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU. Demais orientações constam no Termo de Referência.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. O presente Estudo Preliminar trouxe informações importantes acerca da contratação de empresas especializadas para a implantação e manutenção dos sistemas integrados de gestão e controle eletrônico, tais como: contratações similares, quantitativos, necessidade e objetivo da contratação. Tendo em vista as informações disponibilizadas e, considerando que o objeto em tela não é tido como uma contratação considerada complexa do ponto de vista técnico, esta Organização Militar entende que não há óbice para a realização da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIO CESAR LOPES SIMOES

Membro da Comissão de Planejamento

VANESSA DOS SANTOS PINTO

Auxiliar da da Seção de Planejamento

ADRIANA DA SILVA GOES

Auxiliar da da Seção de Planejamento



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Técnico Preliminar
Data/Hora de Criação:	13/04/2026 18:20:17
Páginas do Documento:	11
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	12
Hash MD5:	017bd9e12080ce4bb3820772142abcb4
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento ADRIANA DA SILVA GOES no dia 15/04/2026 às 09:21:49 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento VANESSA DOS SANTOS PINTO no dia 15/04/2026 às 09:27:55 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten JÚLIO CÉSAR LOPES SIMÕES no dia 15/04/2026 às 10:19:28 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major EVANDRO PRESOTTI no dia 15/04/2026 às 11:19:29 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap EDUARDO JÚNIOR DA SILVA MARQUES no dia 15/04/2026 às 13:47:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int HORACIO FERNANDO PINTO no dia 16/04/2026 às 14:35:30 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO